

# ***Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa***

---

***Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG***

***Ano de 2021***

# **Sumário**

---

Mensagem da Administração .....	3
Identificação geral .....	4
1. Quem somos .....	5
2. Nossas Atividades.....	5
3. Nossa Estratégia .....	6
4. Nossos principais resultados .....	7
5. Interesse Público .....	9
6. Sistema de integridade e controles internos .....	10
7. Gerenciamento de riscos .....	13
8. Fatores de risco .....	16
9. Governança corporativa.....	19
10. Nossas principais melhorias em governança corporativa.....	21
11. Nossa composição e remuneração da administração .....	23

# Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG

## Mensagem da Administração

O ano 2021 representou a consolidação do posicionamento estratégico de complementação à cadeia de E&P, com foco na prestação de serviços logísticos de apoio à operação de Offshore.

Tendo como valor prioritário a segurança, em 2021, nossas operações logísticas foram geridas com os mais altos padrões de monitoramento e controle que culminaram em um decréscimo de 40% na taxa de acidentes registráveis em relação a 2020.

A construção dos nossos negócios está suportada em relações comerciais e interações com princípios de ética, integridade, transparência, confiança e colaboração com clientes, fornecedores, empregados e demais partes interessadas.

Nossa operação possui custos competitivos, prontidão e flexibilidade operacional, o que foi um diferencial competitivo para ampliar, em 2021, nossa atuação comercial em serviços de Controle de Emergência à operação offshore e na assinatura de 21 novos contratos e/ou aditivos que incrementaram nossa posição contratual em R\$ 3,3 bi.

Tivemos também um ano de evolução na gestão corporativa, com robustecimento da análise e controle de Riscos Empresariais e de

Integridade, na elaboração de ferramentas de controles e governança e na implementação do Programa Mais Valor para apoio à cadeia de fornecedores, na melhoria contínua dos nossos processos e em iniciativas para desenvolvimento de colaboradores com competências multidisciplinares e perfil empreendedor.

As contribuições da PB-LOG auxiliam a Controladora no cumprimento de seu compromisso público com a sociedade e, ademais, envolve o estímulo à cadeia de fornecedores com ações de gestão que tornam mais robusta a qualidade e segurança das operações e seus compromissos éticos.

A empresa divulga suas ações e resultados por meio de canais transparentes de comunicação. É compromisso da administração dedicar esforços na evolução dos níveis de eficiência, sustentabilidade e colaboração com clientes e fornecedores.

Por fim, agradecemos aos nossos stakeholders pela cooperação ao longo do ano 2021 e reafirmamos a confiança para os novos desafios e objetivos de 2022

***A Administração***

## Identificação geral

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o artigo 4º, § 3º do Estatuto Social da Companhia, os Administradores subscrevem a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da PB-LOG referente ao exercício social de 2021.

<b>CNPJ 04.207.40/0001-28. NIRE 33.3.0030644-7</b>
Sede: Avenida Henrique Valadares, 28, Torre A, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, R.J.
Tipo de estatal: subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Acionista controlador: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Tipo societário: sociedade anônima
Tipo de capital: fechado
Abrangência de atuação: regional/nacional
Setor de atuação: atividade de navegação de apoio marítimo, provimento de bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, além de serviços correlatos
Diretor Presidente: RODRIGO VALLE REAL, tel. 55 (21) 9797-17404 e e-mail: <a href="mailto:rodrigoreal@petrobras.com.br">rodrigoreal@petrobras.com.br</a>
Auditores Independentes atuais da empresa: KPMG Auditores Independentes CRC SP014428/0-6-F-RJ, 55 (21)2207-9400 - <a href="http://www.kpmg.com.br">www.kpmg.com.br</a>
<b>Administradores subscritores:</b>
Rodrigo Valle Real - Diretor Presidente - CPF 086.056.817-21
Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho - Diretor Financeiro - CPF 071.009.387-08
Giselle Pacheco Tinoco - Diretora de Operações - CPF 099.256.897-83

Rio de Janeiro, 31/12/2021\*

\*Versão originalmente aprovada pela Assembleia Geral da PB-LOG

## 1. Quem somos

Desde a sua constituição, a PB-LOG estabeleceu a sua sede na cidade do Rio de Janeiro atuando prioritariamente na logística de suporte offshore e em atividades inerentes às operações de E&P, provendo os seus clientes com bens e serviços necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

As operações da Companhia têm como principal foco o

## 2. Nossas Atividades

A abrangência da infraestrutura e a disponibilidade de recursos proporcionam a agilidade no atendimento às operações offshore, com bases posicionadas junto às grandes bacias produtoras do Sudeste.

Nossas atividades desenvolvidas em 2021 estão organizadas em três segmentos de negócio desenvolvidos por meio da capacidade técnica, de forma integrada e especializada.

### Logística integrada

Contempla serviços de transporte rodoviário, marítimo e aéreo, com disponibilidade de

provimento de serviços logísticos aos Consórcios operados pela Petrobras no território nacional.

A PB-LOG possui um amplo rol de serviços de Logística de E&P, serviços relacionados à perfuração e manutenção de Poços e de Engenharia Submarina.

Em 31 de dezembro de 2021, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) possuía 100% do capital social da Companhia.

armazéns, portos e locação em aeroportos, manutenção de equipamentos, além de prontidão de recursos para resposta a emergências operacionais e resgate aero médico.

### Engenharia Submarina

Contempla os serviços de ancoragem, interligação submarina, avaliação biológica, manutenção, instalação e inspeção de equipamentos submarinos.

### Construção, manutenção em poços e avaliação de formações

Contempla os serviços de perfuração, completação, avaliação, estimulação, workover e serviços especiais.

### **3. Nossa Estratégia**

#### **PE 2022-2026**

Em 30 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral da PB-LOG aprovou o Plano Estratégico 2022-2026 (PE 2022-2026), buscando garantir geração de caixa, rentabilidade, e disciplina operacional e de capital (Fluxo de Caixa Operacional e Resultado Operacional Após Tributação).

No PE 2022-2026 está prevista a atuação pela Companhia em nível nacional, compartilhando o uso de recursos com a sua Holding e buscando condições competitivas para oferecer serviços alinhados às condições praticadas pelo mercado.

Os resultados planejados pela PB-LOG para o período de 2022-2026 preveem a geração de caixa e retorno ao Acionista.

Ao considerar o cenário da indústria nacional de energia, a preocupação com a segurança e o bem-estar da força de trabalho da PB-LOG, bem como a preservação de sua sustentabilidade financeira, a atual administração definiu como objetivos fundamentais do PE 2022-2026, com uma visão de futuro atenta às alterações no mercado de óleo e gás no Brasil e na atuação de nossos clientes e fornecedores, além da manutenção dos indicadores de segurança da Companhia e, simultaneamente, a garantia de retorno ao seu acionista.

#### 4. Nossos principais resultados

As informações contábeis consolidadas auditadas pelos auditores independentes, de acordo com os

padrões internacionais de contabilidade (IFRS), estão disponíveis em nosso website em (link): [Outras empresas controladas do Sistema Petrobras | Petrobras.](#)

#### Informações sobre segmentos operacionais

##### Receitas provenientes de cada segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

<u>Segmento</u>	<u>2021</u>	<u>%</u>	<u>2020</u>	<u>%</u>	<u>2019</u>	<u>%</u>
Logística Integrada	3.465	59%	3.426	81%	2.800	88%
Controle de Emergência	110	2%	0	0%	0	0%
Construção de Poços	526	9%	510	12%	248	8%
Engenharia Submarina	1.779	30%	281	7%	151	4%
<u>Receitas Líquidas Agravadas</u>	<u>5.880</u>	<u>100%</u>	<u>4.217</u>	<u>100%</u>	<u>3.199</u>	<u>100%</u>

##### Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

<u>Segmento</u>	<u>2021</u>	<u>%</u>	<u>2020</u>	<u>%</u>	<u>2019</u>	<u>%</u>
Logística Integrada	971	69%	784	59%	509	56%
Controle de Emergência	33	2%	0	0%	0	0%
Construção de Poços	143	10%	337	26%	164	18%
Engenharia Submarina	281	20%	185	14%	100	11%
Corporativo	(25)	-2%	13	1%	141	15%
<u>Receitas Líquidas Agravadas</u>	<u>1.403</u>	<u>100%</u>	<u>1.319</u>	<u>100%</u>	<u>914</u>	<u>100%</u>

#### Resultados de 2021 X 2020

Para efeito de comparabilidade dos demonstrativos financeiros entre 2021 e 2020, a Demonstração de Resultado do ano de 2021 é aqui comentada sem a aplicação do normativo IFRS-15 (CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes), que entrou em vigor em primeiro de janeiro daquele ano.

Os resultados apurados em 2021 demonstram a evolução das atividades da Companhia, em Logística Integrada, Engenharia Submarina e início das atividades em Controle de Emergência, em detrimento da queda no segmento de Construção de Poços, quando comparados a 2020.

O aumento de atividades destacados levou ao aumento (i) da receita operacional líquida em 39,4% (R\$ 5.880 milhões em 2021, frente a R\$ 4.217 milhões em 2020) e (ii) do lucro bruto em 9,3% (R\$ 2.164 em 2021, frente a R\$ 1.980 em 2020).

Este resultado mostra que além de buscar o incremento de suas atividades, a Companhia atuou na redução de custos, levando ao crescimento de 4 p.p. na margem bruta (51% em 2021, frente a 47% em 2020).

### Demonstração do Valor Adicionado

Em 2021, as atividades da PB-LOG geraram R\$ 2.984 em riqueza à sociedade, um aumento de 8% quando comparado ao valor adicionado pela Companhia no

exercício de 2020. De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela PB-LOG no ano, R\$ 0,59 foi distribuído entre diferentes stakeholders: os colaboradores (remuneração e benefícios), o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis) e os acionistas (dividendos), conforme demonstrado abaixo.

Geração de valor adicionado	2021	2020
Receita (operacional e outras)	5.029	4.964
Insumos adquiridos de terceiros	(2.087)	(2.284)
Depreciação e amortização	(0)	(3)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.942	2.677
Valor adicionado recebido em transferência	42	98
Valor adicionado total a distribuir	2.984	2.775

Distribuição do valor adicionado	2021	2020
Pessoal e administradores	19	30
Tributos	1.533	1.425
Instituições financeiras e fornecedores	29	1
Acionistas	1.403	1.319
Valor adicionado distribuído	2.984	2.775

### Monitoramento Estratégico

O PE da PB-LOG estabelece um conjunto de prováveis cenários que podem interferir no ambiente de negócios da Companhia, assim como os preceitos a serem seguidos para a consecução dos seus objetivos, com base na Visão e nos Valores da Companhia.

Visão da PB-LOG: Ser reconhecida como referência competitiva na prestação de serviços de exploração e produção.

Valores da PB-LOG: (i) Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; (ii) Ética e transparência; (iii) Orientação ao mercado; (iv) Superação e confiança; (v) Resultados.

## 5. Interesse Público

A PB-LOG foi criada com a missão de prover bens e serviços para operações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para a execução do interesse público que justificou a criação da Petrobras, qual seja, a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A PB-LOG poderá ter suas atividades orientadas pela Petrobras, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o objeto social da PB-LOG e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela Companhia deverão estar

definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com estes normativos, a PB-LOG realizou ajustes em seu Estatuto Social para identificar, de forma clara, quando as circunstâncias nas quais o atendimento ao interesse coletivo demandar certos requisitos aos de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Neste caso, conforme expresso no documento aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 29 de junho de 2019, caberá à Petrobras compensar a PB-LOG, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, a saber:

*“Art. 4º. A Companhia poderá ter suas atividades orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional, previsto no art. 1º, inciso V da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, desde*

que: (i) estejam alinhadas com as leis nº 9.478/97 e nº 13.303/16; (ii) sejam compatíveis com seu objeto social; (iii) não coloquem em risco sua rentabilidade e sustentabilidade financeira; (iv) sejam formalizadas e definidas em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e (v) tiver custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§1º - Na hipótese de orientação da Petrobras para atender o interesse público deverá ser avaliado e mensurado, com base nos critérios de avaliação técnico-econômica para projetos de investimentos e para

custos/resultados operacionais específicos praticados pela administração da Companhia, se as obrigações e responsabilidades a serem assumidas são diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

§2º - Na hipótese de não respeitar as condições de mercado adequadas ao setor privado em que atue, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da Companhia pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.”

No ciclo de 2021, não houve situação que demandasse a utilização deste mecanismo de compensação aprovado na citada AGE.

## **6. Sistema de integridade e controles internos**

A PB-LOG tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos locais em que atua.

Possuímos em nossa estrutura uma Área de Conformidade que é responsável pelos processos de *compliance* e controles internos,

reportando periodicamente tais atividades ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, colegiado vinculado ao Conselho de Administração da Petrobras.

A Área de Conformidade da PB-LOG tem como atribuições, além das atividades inerentes à função, a disseminação dos princípios e diretrizes de conformidade e controles internos aplicáveis à

Petrobras e às Sociedades de seu Conglomerado, assessorar a Diretoria e o Diretor Presidente, no exercício do controle de conformidade das operações da Companhia e, visando ao fortalecimento dos controles internos, a mitigação dos riscos de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, a implementação do Programa de Integridade na Companhia, em alinhamento com o Programa de *Compliance* da Petrobras, a fim de salvaguardar os ativos e informações financeiras da PB-LOG, promover a aderência à legislação e às políticas definidas pela Direção, mitigar riscos e evitar desvios e falhas.

A Auditoria Interna, órgão vinculado à Diretoria da PB-LOG, é responsável pela avaliação da efetividade dos controles internos (em nível de entidade, operacionais, financeiros), reportando os resultados ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, incluindo a conformidade com as políticas, normas e procedimentos para prevenir ou detectar a possibilidade de ocorrência de erros, fraudes e/ou perdas no negócio.

O estabelecimento e a manutenção dos controles internos da Companhia referentes à preparação e divulgação das demonstrações

financeiras, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, sob responsabilidade do diretor presidente e do diretor financeiro, supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado, vinculado ao Conselho de Administração da Petrobras.

A administração da Companhia é responsável pela avaliação da eficácia dos controles em nível de entidade, tanto operacionais como financeiros, com o objetivo de fornecer confiabilidade ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os auditores independentes avaliaram as nossas demonstrações financeiras e, em seu relatório, não foram apontadas deficiências.

Na PB-LOG, os controles internos para mitigação dos riscos de conformidade, em especial os relacionados aos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são reforçados pelo Código de Conduta Ética e do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), aplicados pela

Controladora e adotados em sua integralidade pela Companhia.

### **Código de Conduta Ética.**

Nosso Código de Conduta Ética foi aprovado em 2020, em substituição aos normativos anteriormente vigentes (Código de Ética e Guia de Conduta).

Possuímos políticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, a exemplo do citado Código de Conduta Ética da Petrobras. Esse documento se aplica aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, aos ocupantes de funções gerenciais, aos empregados, aos estagiários e os prestadores de serviços, constituindo compromisso individual e coletivo de todos e de cada um deles cumpri-lo e promover seu cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da Petrobras e as Sociedades do seu Conglomerado e nas suas relações com todas as partes interessadas.

A PB-LOG faz expressa referência aos documentos de ética quando das contratações de fornecedores bens e serviços, requerendo destes o cumprimento dos

princípios éticos e compromissos de conduta pelos seus empregados.

Todos os empregados e gestores realizam treinamento sobre o Código de Conduta Ética, e gestão de ética na Companhia, incluindo os membros da Alta Administração.

Está prevista a aplicação de sanções disciplinares (advertência, suspensão e rescisão do contrato de trabalho) àqueles que descumprem os documentos citados, de acordo com a norma de Regime Disciplinar de Empregados e Sistema de Consequências da Alta Administração e Conselho Fiscal.

### **Canal de Denúncia Petrobras**

Fazemos uso para os nossos públicos interno e externo de um canal exclusivo para o recebimento de denúncias, disponibilizado pela nossa Controladora, nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas, nos 365 dias do ano. O serviço é operado por empresa independente e especializada, assegurando o encaminhamento de todas as denúncias recebidas, e pode ser acessado pela internet ou pelo telefone, garantindo o anonimato dos denunciantes que optem por não se identificar.

O teor de cada denúncia determina a área da Companhia responsável pela sua apuração. Isso possibilita ter rapidamente noção das denúncias mais importantes e que podem causar maior impacto nos negócios da empresa, caso o relato seja procedente. Só então elas são encaminhadas para uma área criada especialmente para essa finalidade pela Petrobras, a APD - Apuração de Denúncias. As denúncias classificadas no maior nível de risco recebem um monitoramento específico e destaque nos reportes à Alta Administração.

A denúncia pode ser realizada via internet no site: [www.contatoseguro.com.br/pt/petrobras/relato/denuncia](http://www.contatoseguro.com.br/pt/petrobras/relato/denuncia) ou por telefone: ligação gratuita para 0800 601 6925. O IP do computador ou o número do telefone não será identificado em nenhuma hipótese.

## 7. Gerenciamento de riscos

Os riscos da Companhia são geridos com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da Controladora. Esta política

## Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)

Em 2016 a PB-LOG adotou o programa de *compliance* da Petrobras, denominado **Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)**, que representa o conjunto de medidas desenvolvidas e implementadas de forma integrada, com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir a ocorrência de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa destina-se aos diversos públicos de interesse da Companhia, incluindo: Alta Administração, força de trabalho, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público e todos àqueles que se relacionam e/ou representam os interesses da PB-LOG em suas relações de negócios.

visa a contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas

atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Conforme definido em seu Estatuto Social, a PB-LOG compartilha o seu processo de gestão de riscos com a Petrobras, permitindo a padronização e aderência metodológica das análises de riscos, nos termos do estabelecido pela Lei 13.303/2016.

Em 2021, a PB-LOG revisou a sua Política de Gestão de Riscos Empresariais visando a adequá-la à sua estrutura e processos, incorporando as recentes alterações em seu Estatuto Social e reforçando os papéis e responsabilidades.

Também foi aprovada a Diretriz de Gestão de Riscos Empresariais que objetiva definir os principais termos relacionados à gestão de riscos, estabelecer a classificação corporativa dos riscos adotada na Companhia e vincular cada um dos principais riscos às suas respectivas diretrizes e responsáveis.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes gerais e responsabilidades, tendo

como base os seguintes princípios fundamentais:

(i) A vida deve ser respeitada em toda sua diversidade e os direitos, as obrigações, as instalações, os processos, as informações, a reputação e a imagem da Companhia resguardados contra ameaças decorrentes de ações intencionais ou não.

(ii) A gestão de riscos deve estar alinhada e coerente com o Plano Estratégico da Companhia.

(iii) A gestão de riscos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nas jurisdições onde atua.

(iv) Os riscos são considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação.

(v) As ações de resposta devem considerar as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos e devem ser orientadas para a preservação ou agregação de valor ao acionista e para a continuidade dos negócios.

Os riscos empresariais aos quais a PB-LOG está exposta são classificados em quatro agrupamentos a saber: (i) Financeiro; (ii) Conformidade, Legal e Regulatório; (iii) Operacional; e, (iv) Negócio.

**Riscos Financeiros:** a gestão dos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando as flutuações de mercado, o inadimplemento de contrapartes e o descasamento entre ativos e passivos de forma a mitigar a exposição às instituições financeiras e riscos decorrentes da variabilidade dos preços da economia, tais como índices, taxas de juros, taxas de câmbio, valores mobiliários, commodities, etc. A contratação de derivativos é uma possibilidade a ser aplicada no tratamento destes riscos.

**Riscos de Conformidade, Legal e Regulatório:** a gestão de riscos insere-se no nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos onde exercemos a nossa atividade. Os riscos de

conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do Código de Conduta Ética, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e de outros instrumentos de prevenção.

**Riscos Operacionais:** entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos os Diretores da empresa, incluindo o diretor presidente e os diretores.

A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e de manutenções nas instalações operadas em conjunto com a Petrobras, além de um contínuo esforço de treinamento da força de trabalho da Companhia para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.

**Riscos de Negócios:** nosso sistema de gestão de riscos está alinhado e coerente com o nosso Plano Estratégico, sendo os riscos

considerados nas decisões estratégicas da Companhia e a gestão sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à escalabilidade e integração com a Petrobras.

Pela própria peculiaridade do mercado em que atuamos, estamos naturalmente expostos a uma série de riscos de negócios, gerenciáveis e não gerenciáveis, tais como os riscos associados à oscilação de preços dos recursos contratados, alterações nos padrões de operação de nossos clientes, atuação de concorrentes, desempenho de

## **8. Fatores de risco**

Os fatores de riscos apresentados nesta seção estão seccionados pela sua natureza em conformidade com a nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais.

### **Fatores de riscos relacionados às nossas finanças**

(i) Estamos expostos a riscos de crédito de alguns de nossos clientes e riscos associados à inadimplência. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de nossos clientes poderiam

fornecedores, mudanças regulatórias ou tributárias, evolução macroeconômica e da indústria, entre outros. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um processo de planejamento e de gestão de carteira, que preza pela economicidade, pela diversificação das linhas de negócios e pelo cumprimento de metas, as quais são periodicamente acompanhadas nos mais diversos níveis hierárquicos. Além disso, continuamente, monitoramos a evolução do cenário externo e a atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

afetar adversamente nosso fluxo de caixa, resultados operacionais e condição financeira.

(ii) Parte substancial de nossas operações é realizada com a nossa Holding, o que pode impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro devido às variações de demanda da mesma.

(iii) Estamos expostos ao risco cambial incidente sobre contratos referenciados em moedas estrangeiras, podendo gerar ganhos ou perdas sobre os mesmos;

(iv) Oscilações nas taxas de juros podem levar a Companhia a sofrer ganhos ou perdas incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

(v) A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras nas quais mantém suas aplicações.

#### **Fatores de riscos relacionados à conformidade e a aspectos legais e regulatórios nos nossos negócios**

(i) Estamos expostos a comportamentos incompatíveis com nossa ética e padrões de conformidade. A falha em detectar, em tempo hábil, ou corrigir tal comportamento pode ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira.

(ii) Podemos sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.

(iii) Interpretações divergentes e/ou mudanças na interpretação da legislação tributária, bem como mudanças na própria lei tributária por meio da criação ou majoração de tributos, podem representar um efeito adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os resultados de nossas operações.

(iv) Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras em nosso setor, incluindo a aplicação de regras de conteúdo local, podem resultar em despesas e custos operacionais.

(v) Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.

(vi) Interpretações divergentes e/ou o surgimento de regulamentos e exigências ambientais, de saúde e de segurança cada vez mais rigorosos podem impactar negativamente nosso resultado operacional e condição financeira no futuro.

#### **Fatores de riscos relacionados às nossas operações**

(i) A capacidade de desenvolver, nos adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a nossa competitividade.

(ii) Estamos expostos a riscos de saúde, meio ambiente e segurança em nossas operações que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.

(iii) Contamos com fornecedores e prestadores de serviços para nos suprir com peças, componentes, serviços e recursos críticos de que precisamos para prestar nossos serviços, os quais podem ser afetados adversamente por qualquer falha ou atraso por parte de terceiros no cumprimento de suas obrigações ou qualquer deterioração da condição financeira de tais empresas.

(iv) Greves e paralisações dos colaboradores da Companhia ou de empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores, bem como falta de pessoal especializado, podem afetar adversamente os resultados operacionais e o negócio da Companhia.

(v) Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, segurança da informação (*cybersecurity*) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente nossas operações e reputação.

(vi) Mudanças climáticas podem impactar o nosso resultado operacional e a nossa estratégia.

#### **Fatores de riscos relacionados ao nosso negócio**

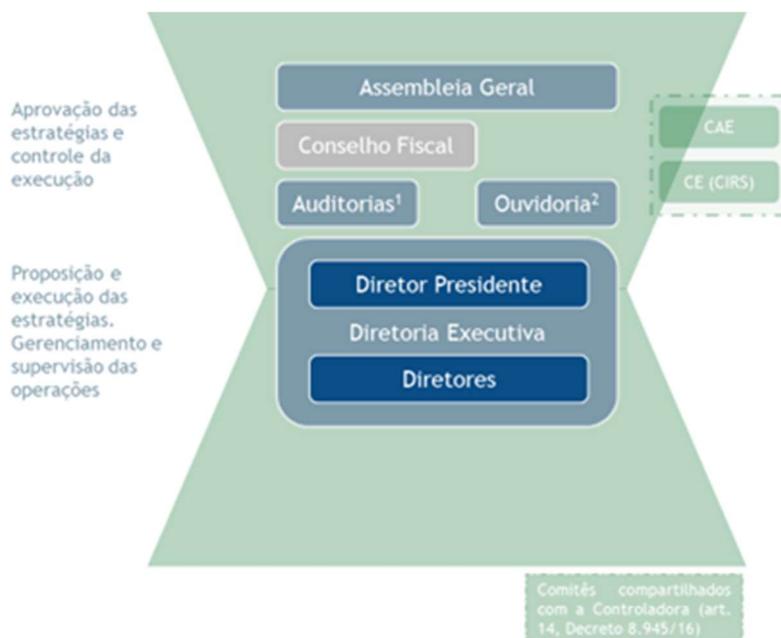
(i) Estamos expostos a flutuações nos preços dos recursos contratados.

(ii) Desenvolvimentos da indústria de logística e outros fatores poderão resultar em reduções de nossa competitividade, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

(iii) Fragilidade no desempenho da economia brasileira, instabilidade no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado de nossas operações e o nosso desempenho financeiro.

(iv) Investigações relativas à corrupção política de membros do governo brasileiro podem gerar instabilidade econômica e política.

## 9. Governança corporativa



Nossa estrutura de governança corporativa é composta pela Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário (CAECO) e Comitê de Elegibilidade (CE).

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela gestão dos negócios, por assegurar o funcionamento regular da Companhia de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, sempre observando as boas práticas de governança corporativa. É composta pelo diretor presidente e por dois diretores eleitos pela Assembleia Geral.

Os membros da Diretoria Executiva atuam individualmente nas atividades das unidades de suas respectivas áreas de contato, nos termos de suas atribuições previstas no Estatuto Social, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva pode criar comitês, com poderes delegados, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Os comitês podem ser de natureza deliberativa ou consultiva e têm a finalidade de auxiliar a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições e responsabilidades. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da Companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e

discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

Nosso Conselho Fiscal é de caráter permanente e é um órgão colegiado não integrante da administração. Tem como objetivo geral verificar o cumprimento dos deveres legais e estatutários. A função fiscalizadora não se limita a verificar a legalidade dos atos, mas envolve todo o nível necessário de informação para salvaguardar o interesse da Controladora sem, contudo, interferir na própria administração.

O Conselho Fiscal deve manter um estreito e produtivo relacionamento com a estrutura administrativa da PB-LOG, visando ao cumprimento de suas funções legais. O espírito cooperativo deve ter por meta manter o necessário fluxo de informações e salvaguardar os interesses da Companhia, devendo-se garantir, por outro lado, a independência do Conselho Fiscal com relação a quaisquer outros órgãos da PB-LOG.

Além de atender ao artigo 115, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, dispomos de documentos que tratam da identificação e administração de conflitos de interesse. Nosso Estatuto Social, em seu artigo 11, determina que o indicado para o cargo de administração não poderá apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a Companhia. O capítulo XII do Estatuto prevê hipóteses de conflito de

interesses posterior ao término de gestão dos administradores e membros do Conselho Fiscal, impedindo-os de exercer determinadas atividades, por um período de seis meses, mediante remuneração compensatória.

Demais instrumentos de governança corporativa e gestão:

(i) Estatuto Social da PB-LOG: novo Estatuto Social da empresa aprovado pela AGE em 29/06/2018, conforme Lei 13.303/2016 e pelo Decreto Federal 8.945/2016. Atualizado conforme AGEs de 23/11/2020 e 25/05/2022.

(ii) Regulamento de Licitações e Contratos da PB-LOG: regulamento aprovado em 29/06/2018 e revisado em 02/06/2022, ambos divulgados no site da PB-LOG e no DOU (Diário Oficial da União), conforme disposto na Lei 13.303/2016.

(iii) Comitê de Auditoria Estatutário: a Companhia compartilha o Comitê de Auditoria Estatutário da acionista controladora, denominado Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO) nos termos do artigo 14 e 24, V, do Decreto Federal 8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições de Comitê.

(iv) Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: a Companhia compartilha o Comitê de Elegibilidade da acionista controladora, denominado Comitê Técnico Estatutário de Governança

e Conformidade (CTE-GC), nos termos do artigo 14 e 24, V, do Decreto Federal

## **10. Nossas principais melhorias em governança corporativa**

Em 2021, promovemos ações de melhoria da governança corporativa, com o intuito de estabelecer melhores práticas alinhadas à estratégia da Companhia e em conformidade com as exigências de novos regramentos de governança adotados pela Companhia (Lei 13.303/2016, Decreto 8.945/2016).

Entre as principais melhorias realizadas no período estão:

### **(i) 2ª Avaliação do Sistema de Gestão**

Foi realizada a segunda Avaliação dos Sistemas de Gestão (ASG) da PB-LOG, um processo organizado e conduzido pela Coordenação de Secretaria-Geral e Governança (PRES/SGG), de forma programada e periódica, visando à elaboração de um diagnóstico do Sistema de Gestão e Governança da PB-LOG, melhores práticas aplicadas e oportunidades de melhoria. Em 2021, esta avaliação foi realizada por meio da participação no 5º ciclo do indicador IG-Sest - Indicador de Governança Sest, instrumento de acompanhamento contínuo das empresas estatais federais, aferido por meio da avaliação do

8.945/2016, adotando-se as mesmas regras de funcionamento e atribuições.

cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às estatais federais.

### **(ii) Publicação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa**

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é destinada ao público em geral e reúne, de forma sintética, as principais informações relativas a compromissos com a consecução de objetivos de políticas públicas, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, dados econômico-financeiros, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da Companhia. A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa é uma exigência da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016.

### **(iii) Revisão de Políticas**

Até março de 2022, foram aprovadas pela Diretoria Executiva as adoções das seguintes políticas: Política de Segurança da Informação; Política de Inteligência Protetiva e Segurança

Corporativa; Política de Comunicação e Relacionamento; Política de Ouvidoria; e Política de Indicação de membros da Alta Administração e do Conselho Fiscal.

#### **(iv) Treinamento e Capacitação em Governança Corporativa**

Os Administradores e Conselheiros Fiscais participam de treinamento anual, disponibilizado pela Controladora, que visa a oferecer capacitação continuada abordando temas relevantes para atuação em suas respectivas funções.

#### **(v) Tabela de Limites de Competência (TLC)**

A Tabela de Limites de Competência (TLC), aprovada em dezembro de 2018 e atualizada em 2021, pela Diretoria Executiva, tem dentre seus objetivos: (i) consolidar os limites de competência da Companhia em único documento, abrangendo os principais processos e todas as alçadas decisórias; (ii) suprir lacunas normativas, propondo limites de competência para matérias que ainda não estão regradas; e (iii) definir os limites de competência diretamente à função, eliminando o processo de delegação interno nas áreas. Os benefícios da TLC são melhor controle e transparência sobre as delegações, definição clara e objetiva das alçadas de

aprovação, fácil entendimento e aplicação pelos empregados, redução de consultas e pareceres sobre competência e processo decisório mais ágil e seguro.

#### **(vi) Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos Administradores e Conselheiros Fiscais**

A Avaliação de Desempenho, individual e coletiva, dos Administradores, Conselheiros Fiscais ocorre anualmente e observa os seguintes quesitos mínimos estabelecidos na Lei 13.303/16:

- (i) exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- (ii) contribuição para o resultado do exercício; e
- (iii) consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

A metodologia utilizada é baseada nos modelos de avaliação disponibilizados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - SEST, customizados às peculiaridades da sociedade, observando-se os quesitos previstos na legislação em vigor.

Tal metodologia é submetida ao comitê de elegibilidade, uma vez que o referido órgão, na forma do art. 21, III do Decreto 8.945/16, é responsável por

verificar a conformidade do processo de Avaliação de Desempenho.

#### **11. Nossa composição e remuneração da administração**

Nossa Diretoria Executiva é composta por um diretor presidente e dois diretores, eleitos pela Assembleia Geral, dentre brasileiros residentes no país, para um mandato de até dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, podendo ser destituídos a qualquer tempo.

Nosso Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, sendo independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades por Ações. É composto por três membros e respectivos suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas duas reconduções consecutivas, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva é composta por honorários mensais cujos limites são definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei 6.404/76.

Os objetivos e práticas de remuneração da nossa Diretoria Executiva visam a reconhecer esforços dos Administradores da Companhia, considerando nossos resultados econômico-financeiros, além da responsabilidade, do tempo dedicado à função e da competência e reputação profissional, bem como as práticas aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao nosso e pela Controladora. Todos os membros da Diretoria Executiva são estatutários.

A Assembleia Geral Ordinária da PB-LOG, realizada em 29/04/2022, aprovou a remuneração anual global dos Administradores e dos Conselheiros Fiscais, no montante de até R\$ 6.714.934,92 (seis milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos) para o período de abril/2022 a março/2023.

Neste montante está considerada a remuneração de: 3 (três) membros da Diretoria e 3 (três) membros do Conselho Fiscal.

A remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria

Executiva e do Conselho Fiscal, em 2021, encontra-se a seguir.

**Tabela - Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal - Valores Mensais.**

	Diretoria Executiva	
	2021	2020
Número de membros	3	1,91
Número de membros remunerados	3	1,91
Valor da maior remuneração	65.554,45	69.911,82
Valor da menor remuneração	49.147,44	49.147,44
Valor médio da remuneração	54.616,44	57.692,39

	Conselho Fiscal	
	2021	2020
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3
Valor da maior remuneração	5.916,75	6.423,13
Valor da menor remuneração	5.916,75	4.914,74
Valor médio da remuneração	5.916,75	6.046,03